



**ACÓRDÃO Nº1276/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11801/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEPED.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Nelcicleia Dantas Sobreira de Souza (Ordenador de Despesa), Kleber de Oliveira Santos (Ordenador de Despesa), Vânia Suely de Melo e Silva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5196/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEPED. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Multa.  
Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEPED, referente ao exercício de 2018, sob responsabilidade **da Sra. Vânia Suely de Melo e Silva** (01/01/2018 a 04/07/2018), do **Sr. Kleber De Oliveira Santos** (05/07/2018 a 26/08/2018) e da **Sra. Nelcicleia Dantas Sobreiro de Souza** (27/08/2018 a 31/12/2018), com fulcro no art. 22, II c/c o art. 24 da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** a **Sra. Vânia Suely de Melo e Silva**, ex-ordenadora de despesa, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, pela ausência dos Pareceres Jurídicos, conforme art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE e art. 308, inciso VII da Resolução nº 04/2002-RITCE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o



**ACÓRDÃO Nº1276/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Recomendar** a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEPED que observe com maior rigor os prazos estabelecidos para o envio mensal dos Balancetes, através do sistema e-contas;
- 10.4. Dar ciência** a **Sra. Vânia Suely de Melo e Silva**, ao **Sr. Kleber De Oliveira Santos** e a **Sra. Nelcicléia Dantas Sobreiro de Souza**, deste Acórdão e aos demais interessados;
- 10.5. Arquivar** o processo após cumpridas as determinações acima, conforme os termos regimentais.

**11- Ata:** 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 11 de Dezembro de 2019.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral